



Inteligência Artificial Global:

5 eventos importantes da semana passada

| 25 a 31 de maio de 2026 |

1. Estados-membros da UEEA adotou uma declaração conjunta sobre o desenvolvimento responsável da IA



Os Estados-membros da União Econômica Eurasiática (UEE) adotaram uma declaração conjunta sobre o desenvolvimento responsável de IA durante uma reunião de alto nível em Astana. A declaração sinaliza uma abordagem coordenada para a governança da IA em todo o espaço de integração eurasiático, com ênfase na implantação responsável, na confiança pública e na cooperação transfronteiriça. Embora o documento seja apresentado como uma declaração política e não como uma lei vinculativa, ele pode influenciar a futura coordenação regulatória, os padrões técnicos e as iniciativas conjuntas de pesquisa. Para empresas e instituições de pesquisa, a declaração aponta para uma crescente demanda por práticas interoperáveis de governança de IA entre as jurisdições dos membros. Ela também reflete uma tendência internacional mais ampla, na qual as organizações regionais estão migrando de princípios gerais de IA para uma linguagem política orientada à implementação. A próxima questão prática é se os Estados participantes traduzirão a declaração em métodos comuns de avaliação, requisitos de aquisição ou regras específicas para cada setor.



2. Espanha aprova projeto de lei sobre IA para alinhar as normas nacionais com a Lei de IA da UE



O governo espanhol aprovou e enviou ao parlamento um projeto de lei que visa adaptar a regulamentação nacional de IA à Lei de IA da União Europeia. A proposta faz parte da fase de implementação mais ampla da UE, na qual os Estados-Membros devem designar autoridades de supervisão, definir procedimentos de fiscalização e preparar as empresas para as obrigações de conformidade baseadas em risco. O projeto espanhol é especialmente relevante porque pode se tornar um exemplo inicial de como a legislação nacional traduz a Lei de IA em regras operacionais. Espera-se que a medida afete órgãos públicos, desenvolvedores de IA, implementadores e empresas que utilizam sistemas de alto risco em setores regulamentados. Ela também reforça a necessidade de documentação, transparência e processos de governança interna antes que o regime da UE seja totalmente implementado. Para empresas internacionais, a iniciativa espanhola serve como um lembrete de que a conformidade com a Lei de IA será moldada não apenas em Bruxelas, mas também por meio de escolhas de implementação nacionais.



3. A Casa Branca **enviado** Congresso estabelece um quadro nacional para a regulamentação da IA.



A Casa Branca enviou ao Congresso uma proposta de estrutura legislativa nacional para a regulamentação da IA. Essa estrutura visa estabelecer padrões federais e reduzir a fragmentação criada pelas normas estaduais de IA. Sua característica mais importante é a ideia de que os requisitos federais poderiam prevalecer sobre a regulamentação estadual, criando um ambiente de conformidade mais uniforme para desenvolvedores e implementadores de IA. Os defensores argumentarão que uma estrutura nacional única daria às empresas obrigações mais claras e reduziria a incerteza regulatória. Os críticos provavelmente se concentrarão em saber se a prevalência federal poderia enfraquecer proteções estaduais mais robustas em áreas como direitos do consumidor, emprego, privacidade e responsabilidade algorítmica. A proposta, portanto, coloca os Estados Unidos no centro de um debate de governança já conhecido: como equilibrar inovação, segurança e a distribuição da autoridade regulatória entre instituições federais e estaduais.



4. A Câmara dos Representantes de Illinois aprovado Requisitos de segurança e auditoria de IA de ponta



A Câmara dos Representantes de Illinois aprovou um projeto de lei que introduziria medidas de segurança obrigatórias para os principais desenvolvedores de modelos de IA de ponta a partir de 2028. O projeto inclui obrigações de auditoria independente e requisitos para notificar as autoridades sobre incidentes críticos, tornando-se uma das tentativas mais concretas em nível estadual de regulamentar sistemas avançados de IA. Seu foco em modelos de ponta reflete a crescente preocupação de que os sistemas mais capazes possam criar riscos que as leis comuns de proteção ao consumidor não abordam completamente. O adiamento da data de entrada em vigor dá aos desenvolvedores tempo para preparar programas de governança, procedimentos de teste e fluxos de trabalho de resposta a incidentes. Ao mesmo tempo, o projeto aumenta a tensão entre as iniciativas estaduais e a possível preempção federal nos Estados Unidos. Se promulgada, a medida poderá se tornar um ponto de referência para outros estados que consideram obrigações específicas para desenvolvedores de modelos em larga escala.



5. Antrópico aberto Um escritório em Milão para promover a IA responsável na Europa.



A Anthropic inaugurou um novo escritório em Milão como parte de seu esforço para expandir sua presença na Europa e promover a IA responsável. A medida não constitui um ato regulatório em si, mas é relevante para a agenda de governança, visto que os principais desenvolvedores de IA estão aumentando sua presença local à medida que as normas europeias se tornam mais detalhadas. Um escritório em Milão pode facilitar o engajamento com instituições italianas, clientes corporativos, universidades e formuladores de políticas. Também posiciona a empresa mais próxima dos debates sobre a implementação na UE em torno da transparência de modelos, gestão de riscos e implantação responsável. Para o mercado europeu, o anúncio ilustra como a conformidade, a confiança pública e as parcerias locais estão se tornando fatores estratégicos para as empresas de IA. A implicação mais ampla é que a IA responsável é cada vez mais tratada não apenas como um compromisso ético interno, mas também como uma estratégia de entrada no mercado e de engajamento institucional.

